



XXXV SALÃO de INICIAÇÃO CIENTÍFICA

6 a 10 de novembro

Evento	Salão UFRGS 2023: SIC - XXXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2023
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	Uma defesa da autodeterminação dos povos a partir do ideal de autonomia política formulado por John Rawls
Autor	MANUELA TERRA DOS SANTOS
Orientador	PAULO BAPTISTA CARUSO MACDONALD

Este trabalho tem como objetivo sustentar que a autodeterminação dos povos deve ser levada a sério em um projeto de justiça que está comprometido com a ideia de autonomia política dos indivíduos, tal como a noção é formulada por John Rawls. O que motiva este empreendimento é um debate na filosofia política contemporânea sobre a temática da *justiça global*, qual seja, aquele sobre o *escopo* da justiça distributiva. Estaria ela limitada ao contexto de Estados, como formulada por Rawls em *Uma Teoria da Justiça* (1971), ou deveria ela ser estendida para a cooperação global, como proposto por Charles Beitz em *Political Theory and International Relations* (1979)? Parece ser o caso que aceitar ou não uma ideia de autodeterminação dos povos como valiosa em uma teoria política tem implicações para o debate mencionado. Para defender a tese proposta, (i) é explicado o que está se entendendo por *autodeterminação dos povos*: uma ideia política que envolve dar aos indivíduos pertencentes a um grupo o direito de determinar seu futuro coletivo. Entretanto, frisa-se, é feito um recorte de análise: entende-se por “povo” o coletivo vivendo sob um Estado. Após isso, (ii) o ideal de autonomia política formulado por Rawls é explicado: ser politicamente autônomo, em síntese, é estar submetido apenas a instituições políticas e sociais cujos princípios reguladores poderiam ser aceitos conforme seu *senso de justiça*. Finalmente, (iii) é sugerido que, para que indivíduos sejam politicamente autônomos, eles precisam exercer com seus concidadãos o direito à autodeterminação, pois é na participação da vida política que seu senso de justiça é forjado e, dado o pluralismo característico do cenário internacional, haverá um desacordo razoável a respeito do que conta como termos justos de cooperação. De certa forma, o trabalho também é uma recusa a projetos de justiça global que esvaziam a noção de autodeterminação.